

## **ORIGINAIS DA FORMAÇÃO DE SÃO PAULO: A CAPITAL PAULISTA POR SEU ARQUIVO HISTÓRICO**

**Josianne Francia Cerasoli\***

Muitas pesquisas e reflexões históricas sobre a cidade de São Paulo vêm sendo realizadas apoiando-se substancialmente em publicações como jornais e outros periódicos, trabalhos de memorialistas, literatos e estudos clássicos, ou ainda utilizam o amplo acervo histórico do Arquivo do Estado para publicações oficiais. Apesar da relevância dessas fontes e da importância dos trabalhos mediados por esse material, gostaria de chamar a atenção para outro acervo de interesse ímpar para estudos semelhantes: o Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís” (adiante, AHMWL). Sua documentação merece atenção do pesquisador como fonte privilegiada para tratar dos assuntos relativos à história da maior cidade sul-americana, abrangendo materiais instigantes para se estudar aspectos culturais, sociais, administrativos, urbanísticos, econômicos, arquitetônicos e políticos de São Paulo. Criado em 1907 pela Lei Municipal nº 1.051, tinha como objetivo a guarda de documentos produzidos pela administração pública da capital, permanecendo até hoje como órgão público municipal – atualmente subordinado ao Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura da capital paulista.

---

\* Doutoranda em História (área de concentração: Política, Memória e Cidade) da Universidade Estadual de Campinas, com o apoio da FAPESP.

<b>HISTÓRIA SOCIAL</b>	Campinas - SP	Nº 10	283-292	2003
------------------------	---------------	-------	---------	------

O Arquivo é responsável pela guarda permanente, conservação, organização e divulgação do conjunto documental textual produzido pela administração municipal entre meados do século XVI e o primeiro quarto do século XX. Seus registros compreendem manuscritos e impressos diversos, plantas arquitetônicas, projetos e desenhos de obras, mapas da cidade, além de publicações (livros, periódicos e recortes de jornais) em sua Divisão de Biblioteca, voltados para a história da cidade de São Paulo. A Seção de Manuscritos do Arquivo, responsável pela maior e mais significativa parcela do acervo, guarda séries documentais que podem surpreender o pesquisador, principalmente aquele disposto a compreender algumas peculiaridades da produção e ordenação do material arquivado.

A consulta aos Guias e Catálogos do acervo de Manuscritos e as informações conseguidas com o auxílio dos funcionários constituem etapas preliminares e auxiliares da pesquisa.<sup>1</sup> Mas algumas características da organização do acervo, que seguiu critérios diversos nesses quase cem anos de existência, têm exigido do pesquisador certa persistência e paciência. Mesmo sem a garantia de localizar conjuntos documentais de todos os órgãos públicos, o pesquisador certamente será recompensado pela leitura de uma farta documentação que abrange as intensas transformações processadas na cidade de São Paulo.

Um panorama dos fundos do AHMWL pode ajudar a situar a relevância do acervo: o conjunto documental está ordenado em nove fundos, classificando de acordo com a proveniência cerca de 8 mil volumes e 3 mil caixas, entre papéis da Câmara, Intendências e Prefeitura de São Paulo, Subprefei-

---

<sup>1</sup> Estão disponíveis os seguintes instrumentos de busca: OLIVEIRA, Daíse Aparecida e CERQUEIRA, Carlos G., 1978, "Catálogo geral de Manuscritos do Arquivo Histórico 'Washington Luís'". *Revista do Arquivo Municipal*, nº 191; OLIVEIRA, Daíse Aparecida, 1984, *Guia do Arquivo Histórico Municipal "Washington Luís"*. São Paulo: DPH, além do instrumento de divulgação BARROS, Lilliane Schrank Lehmann (dir.), 2000, *Guia do Arquivo Histórico "Washington Luís"*. São Paulo: DPH.

tura de Santo Amaro, Comissão do IV Centenário da Capital, Instituto de Previdência Municipal (instituído como Montepio em 1909), Serviço Funerário, empresas de serviços públicos e alguns fundos particulares, com limites temporais entre 1555 e 1983, nem sempre seqüenciais.<sup>2</sup>

O Fundo Prefeitura Municipal abrange ainda séries de documentos produzidos em divisões do Departamento de Cultura entre 1928 e 1970, que incluem o período da organização do setor por Mário de Andrade. Cumpre ressaltar que a extensão temporal abarcada pelos conjuntos de documentos é bastante irregular e variada, sendo comum a ocorrência de saltos cronológicos, por um lado e, por outro, a densa cobertura de conjuntos específicos – como é o caso dos 7 mil processos produzidos para o planejamento e a execução dos eventos comemorativos pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo entre 1948 e 1959. Cada seção desse acervo constitui fonte inestimável de originais para a problematização das mais diversas pesquisas. Buscando elucidar algumas das possibilidades de trabalho com esse material, estenderei as observações seguintes a dois fundos documentais aos quais venho direcionando minhas pesquisas, e que compreendem a maior parte do acervo: Câmara e Prefeitura municipais.<sup>3</sup>

O Fundo Câmara Municipal é constituído por ampla documentação produzida pela edilidade, desde o século XVI até 1914. Além do material elaborado pela Câmara de Vereadores, reúne os papéis oriundos das funções executivas da Câmara, exercidas pelas Intendências Municipais durante a

---

<sup>2</sup> Cada fundo compreende períodos diferentes, de acordo com a origem da documentação e a criação dos órgãos administrativos correspondentes. Além dos mencionados, há ainda a coleção encadernada em ordem cronológica conhecida como Papéis Avulsos, que também reúne variados documentos administrativos, não catalogados. Algumas coleções contêm falhas nos períodos abarcados, o que denota a necessidade de se equiparar a atenção institucional dada ao acervo à importância da documentação ali custodiada.

<sup>3</sup> O conjunto desses dois fundos soma cerca de 3 mil volumes e 2,5 mil caixas (Barros, 2000, p. 39).

primeira década do governo republicano.<sup>4</sup> Agrupa documentos produzidos pelos Conselhos de Vereadores, pela fiscalização municipal, pela Instrução Pública, pelas seções de Finanças, Justiça, Obras e Saúde Pública (esta última compreende assuntos referentes aos matadouros, mercados e cemitérios). O Fundo Prefeitura Municipal dá continuidade a este, reunindo documentos administrativos produzidos após a criação do cargo de Prefeito (em 1898), até 1918, agrupando séries documentais identificadas como Tesouro Municipal, Procuradoria Judicial, Secretaria Geral e Gabinete do Prefeito, Diretoria de Polícia e Higiene, Diretoria de Protocolo e Arquivo, Diretoria de Patrimônio, Estatística e Arquivo, Diretoria de Limpeza Pública, Diretoria Fiscal, Diretoria de Obras e Viação (com as obras particulares ordenadas cronológica e alfabeticamente pela denominação do logradouro, além de variados documentos relativos às obras públicas propriamente ditas).

Entre os documentos localizados, há manuscritos como as Atas da Câmara de Vereadores desde 1555 até 1909, registros sobre eleições desde 1828, Ordens Régias entre 1665 e 1827, concessões de datas e arrematação de bens (desde o século XVI e cobrindo todo o século XIX), registros de receitas e despesas da capital por mais de dois séculos, cartas de naturalização de estrangeiros (século XIX), decretos, atos, resoluções, portarias, leis e posturas municipais, registros de emplacamento de ruas, registros dos matadouros municipais, registros de obras públicas e particulares, contratos de obras e fornecimento de materiais, pagamento de empreiteiros de obras, alvarás e licenças para comerciantes, termos de alinhamento das ruas da capital, termos de compromisso e obrigação para construção (registros exigidos para as construções particulares desde 1893), matrícula de cocheiros, de condutores e de veículos, lançamento de multas, aforamento de terrenos,

---

<sup>4</sup> Intermediário entre a organização administrativa imperial centralizada pela Câmara, e o sistema iniciado em 1898 com a criação da função do prefeito, o sistema de intendenças foi modificado várias vezes pelas leis municipais paulistanas até sua definitiva extinção (Lei Municipal 374, de 29/11/1898).

entrada de gêneros e fornecedores do Mercado Municipal, relações de pessoas vacinadas pelas comissões de higiene, livros de ocorrências registradas por fiscais (de obras e de higiene, por exemplo), anotações sobre funcionários municipais (termos de compromisso, livros-ponto, registros de cargos, nomeações, pagamentos e gratificações), ofícios, despachos e correspondências de diversas instâncias administrativas, entre outros.

Chama a atenção, por exemplo, os papéis do Tesouro Municipal, por serem os registros mais organizados e constantes, obedecendo a critérios de anotação comumente regulares, a despeito das freqüentes alterações na estruturação interna da administração municipal. Compreendem principalmente o detalhamento das origens da receita, especificação de despesas, anotações sobre impostos, pagamentos e contração de dívidas. Entre os recibos de contribuições e taxas municipais destaco o imposto chamado “indústria e profissão”, existente por ordem imperial em todos os municípios desde meados do século XIX. Constituiu uma importante fonte de receita, e foi regulamentado em 1893 (Lei Municipal 64), quando passou ao controle e à responsabilidade das autoridades da cidade. Registra todos os contribuintes que exerciam qualquer atividade reconhecida então pela ampla denominação “industrial”, que incluía atividades profissionais, de produção, de serviços ou comerciais. Esse conjunto documental privilegia as duas décadas finais do XIX e instiga o pesquisador a pensar a respeito das dinâmicas sociais e econômicas da cidade. Possibilita a busca de informações precisas sobre a atuação de profissionais e o exercício de atividades econômicas na cidade, assim constituindo uma importante fonte de dados para estudos de aspectos sociais e da economia da capital. Como exemplo, cito alguns dados de um volume do acervo no qual é possível acompanhar a constância com que mulheres são registradas como comerciantes de quitandas e cafés, ou ainda para apontar algumas presenças notórias, como as casas bancárias de Mauá &

Cia. ou ainda o futuro empreendedor da avenida Paulista, Joaquim Eugenio de Lima, declarando-se proprietário de um armazém de madeiras, em 1877.<sup>5</sup>

Sem dúvida o enfoque principal de toda a documentação da Seção de Manuscritos é a produção textual referente à administração municipal, o que faz do acervo parte imprescindível da memória político-administrativa da cidade. Todavia, ao elencar tal variedade de assuntos tratados nesses índices, procuro ressaltar a existência de elementos importantes para a compreensão mais abrangente das transformações ocorridas na metrópole, com amplas possibilidades para pesquisas e estudos não apenas em seu aspecto administrativo. Para tal aproveitamento do acervo, é importante considerar as peculiaridades da sua ordenação. Sabendo tratar-se de um acervo prioritariamente governamental, é fundamental considerar a maneira como os documentos foram produzidos, tendo em mente como as freqüentes alterações efetivadas na organização e no funcionamento da administração municipal influenciaram diretamente os registros dos documentos, notadamente no longo processo de constituição institucional do governo republicano.<sup>6</sup> Assim, ao esclarecer as dinâmicas da administração no decorrer do período abordado, torna-se possível localizar, identificar e dar sentido à documentação do acervo, permitindo a compreensão dos inumeráveis registros referentes às diversas repartições municipais.

A Seção de Manuscritos do AHMWL guarda ainda uma surpreendente documentação relativa às leis municipais (centrada no período de 1873 e 1915): todo o processo referente a cada lei e a cada ato, desde a indicação do vereador ou o requerimento de moradores até a execução das propostas.

---

<sup>5</sup> O volume é denominado *Relação de pessoas (assunto não identificado)* [1873-1886]; identificação: E.11.33/Vol. 480/classificação atual 466.

<sup>6</sup> O artigo seguinte constitui um instrumento de pesquisa importante para isso, pois sintetiza uma série de organogramas que esclarecem muitas das alterações efetivadas na administração da capital: BARROS, Liliane Schrank Lehmann e MOIZO, Rosana Pires Azanha, 1991, "Formação administrativa da Cidade de São Paulo, 1554-1954". *Revista do Arquivo Municipal*, nº 199.

Compreende processos inteiros de manuscritos, encadernados ou encaixotados ano a ano, com riquíssimos documentos, muitas vezes contendo anotações das votações, justificativas, pareceres, modificações e discussões das leis, as indicações, petições e projetos relativos a cada lei, bem como os encaminhamentos administrativos, os orçamentos e os estudos e pareceres técnicos gerados a partir de cada ato legislativo.<sup>7</sup> Na forma de publicações, as leis municipais podem ser consultadas mais facilmente (na Biblioteca do AHMWL, no Arquivo da Câmara Municipal, na biblioteca da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, entre outros acervos), mas constituem nesse caso apenas a versão final de cada lei, sem toda a documentação produzida e discutida para cada ato legislativo, e sem os encaminhamentos posteriores. Nem mesmo os manuscritos ou os impressos das Atas da Câmara de Vereadores dão conta dessa rica documentação, uma vez que estão nelas transcritas apenas as discussões, e não os papéis produzidos ao longo do processo de cada lei.<sup>8</sup>

Além de ricas indicações acerca da edilidade e da administração pública municipal, esses processos aproximam o pesquisador dos espaços da cidade em transformação, pois em vários deles há pedidos, reclamações, requerimentos, abaixo-assinados, denúncias de segmentos variados dos habitantes do município tratando dos inúmeros problemas – e propostas de solução – que foram discutidos em diferentes momentos em São Paulo. Sem dúvida a coleção de leis do acervo de manuscritos abre várias possibilidades para o entendimento das complexas relações que constituem historicamente

---

<sup>7</sup> A legislação municipal foi organizada e encadernada em volumes de manuscritos (das posturas do século XIX até 1906), e em caixas-arquivo (de 1906 a 1915). É pena que as consultas ao material alocado em caixas não tenham impedido, no decorrer dos anos de funcionamento do AHMWL, o desaparecimento de alguns processos que seriam bastante interessantes para a presente pesquisa, como os melhoramentos projetados para o Tamanduateí e o Anhangabaú, entre outros.

<sup>8</sup> De acordo com testemunhos de funcionários do Arquivo, mais de uma vez manifestou-se a intenção de não se conservar esse material, mantendo-se para consultas apenas o registro impresso da legislação municipal e das Atas. Indiscutivelmente seria uma perda inestimável para os estudos da capital paulista.

a cidade, nas diversas esferas da sociedade, nas regiões centrais e nas mais distantes freguesias da capital. Tais registros permitem interessantes aproximações em relação às transformações no espaço da cidade, mesmo se considerarmos temas tratados freqüentemente pela bibliografia especializada, possibilitando leituras inéditas desse processo.

Uma leitura dos documentos do AHMWL permite a pesquisa no interior mesmo do gerenciamento da cidade. Tanto acompanhando os contratos assinados para a realização de obras públicas quanto a legislação municipal pertinente, ou ainda os relatórios da administração municipal, é possível perceber intensas negociações que envolviam cada projeto. Nos manuscritos do processo da Lei 698, de dezembro 1903, por exemplo, é possível acompanhar algumas tensões criadas em torno de uma reforma projetada para o Largo do Rosário, atualmente Praça Antônio Prado, na região central da capital. Para além das dimensões estéticas e funcionais das obras idealizadas pelo poder público municipal – e das discussões próprias das desapropriações pretendidas pelo mesmo – a documentação deixa transparecer uma série de valores e poderes envolvendo diferentes grupos sociais em tal negociação, principalmente ao tratar da expropriação e demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Sob protestos de moradores do Largo Paissandu, a igreja acabou transferida para aquele local, mas o processo deixa evidências interessantes para o pesquisador a respeito das demandas, interesses e negociações ali engendradas. Indica, por exemplo, que além da indenização monetária, garantia de um novo local e um novo projeto para a transferência da igreja, a Irmandade condicionou o acordo a outros “valores”, como a garantia da remoção de todos os objetos sagrados e dos cadáveres inumados dentro do templo, “com as solenidades do rito”, e a provisão da Santa Sé para a profanação do local em que se acha a igreja e a sagração daquele em que ela será construída.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Fundo Câmara Municipal de São Paulo - Leis do Município (684 A 700), 1903 [B.2.42/1982].



Aponto aqui alguns documentos sobre essa reforma urbana para indicar algumas interessantes passagens dos originais do acervo e, ao mesmo tempo, para registrar uma importante possibilidade de enfoque da história da capital a partir desses manuscritos. Sem esquecer o significado dos trabalhos já realizados, indico a relevância do uso e divulgação do acervo do Arquivo para as pesquisas futuras, acreditando que a análise dessa documentação permita dar visibilidade à complexidade dos processos históricos que constituem a cidade. Analisando a atuação do poder público municipal no gerenciamento das questões da cidade a partir de seus próprios registros, o pesquisador tem possibilidade de esclarecer os embates, as negociações, as demandas e as insuficiências que se ligam aos projetos elaborados para a cidade. Os originais do acervo possibilitam, dessa forma, um mergulho intenso e extenso nos vestígios das amplas transformações processadas na cidade de São Paulo. Penso que o acervo merece, assim, atenção não apenas por parte do pesquisador, como venho pontuando, mas das instituições públicas, que podem comprometer-se com a custódia e difusão de tão rica documentação, inclusive despendendo não só a energia mas também os recursos materiais condizentes com a importância do acervo.

Ainda uma última observação: o edifício em que está alojado o AHMWL tem, em si, importância documental. Trata-se do Edifício Ramos de Azevedo, projetado pelo renomado arquiteto paulista para abrigar o Gabinete de Eletrotécnica na década de 1920, integrando o conjunto de prédios da Escola Politécnica de São Paulo – atualmente instalada na Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. O prédio do antigo Gabinete abriga hoje o Arquivo e constitui parte importante do projeto “Casa da Memória Paulistana”, que pretende reunir e disponibilizar ao público os acervos históricos relativos à cidade.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS  
Edifício Ramos de Azevedo

Praça Coronel Fernando Prestes, 152 – Bom Retiro – São Paulo/SP

Tel.: (11) 3326-1010 – ramais 2025 e 2034

Atendimento ao público: de segunda à sábado, das 9 às 17h.

<http://www.prodiam.sp.gov.br/dph>